BOLETIM EDUCAÇÃO SOCIALISTA

N. 02 – MAIO DE 2021

POR QUE SOMOS CONTRÁRIOS À REABERTURA DAS ESCOLAS EM REGIME PRESENCIAL?

Por D., professor da rede estadual de SP, maio de 2021.

Poderíamos responder com um óbvio e claro: "Por nossas vidas". Um ano atrás assistíamos horrorizados os noticiários falando de 400 mortes por dia na Itália. Hoje aqui no Brasil assistimos a 3 mil mortes por dia, e parece que não nos horrorizamos mais. A capacidade de imposição ideológica e dominação na periferia do capitalismo é gigante, e a banalização da vida não é só na pandemia. O capitalismo perece em nossa frente há mais de um século, e as consequências para humanidade são demais cruéis.

A continuação da "normalidade" na atual situação é uma verdadeira política de extermínio. Contra fatos, dados e a ciência, o capital tenta de qualquer forma não parar a máquina de esmagar gente. Indo contrário às recomendações das organizações de saúde, os governos e patrões pressionam pela reabertura de todo tipo atividades presenciais. Para os gestores do caos pandêmico na educação, algumas garrafas de álcool gel são mais baratas de repor do que efetivamente munir estudantes e educadores de equipamentos, condições e recursos para um ensino à distância enquanto a pandemia estiver se alastrando. A vida da população e dos educadores vale menos do que manter lucros e a aparência de que está tudo sob controle.

Um dos argumentos utilizados pelos grandes meios de comunicação é dizer que as crianças precisam ir para escola, pois seus pais e responsáveis não podem ficar com elas, pois precisam trabalhar. Somos solidários aos trabalhadores que estão sofrendo com a pandemia. Ela está gerando inúmeros impactos sociais e psicológicos sobre as crianças e os adultos. Mas a saída para isso não está em colocar as vidas em risco. Uma resposta sanitária séria impediria a situação de chegar nesse ponto.

Ampla distribuição de máscaras mais seguras (PFF2); quebra de patentes das vacinas para produzi-las no Brasil a baixo custo; auxílio emergencial amplo e digno de 1 salário-mínimo a todos os desempregados e precarizados, para que possam ficar em casa em segurança; nenhuma demissão por conta de pandemia; uso de leitos e recursos de hospitais privados e militares (alguns vazios) por todos; realização de 'lockdown' combinado com testagem massiva para controlar a pandemia em cidades fora de controle. Essas são algumas das medidas que os trabalhadores precisariam e que nenhum governo realizou. E não realizou porque preferiu manter a "economia" (os lucros de um punhado de ricos) girando. Esses não deixam de enriquecer mesmo agora. Não precisava ser assim como está sendo. Quantas das 400 mil vidas poderiam ter sido poupadas? O genocídio é orquestrado por todas as direções burguesas, do executivo ultrarreacionário de Bolsonaro, a hipocrisia da velha direita, à passividade demagógica das direções da esquerda comprometida e conciliadora: PT, PCdoB, PSOL. Em muitas cidades onde gerem o executivo, estas direções pressionam os trabalhadores para o trabalho presencial. É mais do que necessário que a classe trabalhadora faça um mapeamento de todos os partidos que nos manipulam e nos traem com falsas promessas de melhora dentro dos marcos desse sistema miserável, e que as coloque no devido lugar.

O QUE FAZER?

Colocamos a necessidade imediata de um plano de ação e lutas de todos os trabalhadores contra a política genocida instalada escancaradamente em nossa frente. Que os exemplos de lutas expressos aqui nesse boletim por companheiros que estão na linha de frente contra os planos de governo federal,

estadual e municipal, se tornem lições para a classe dos trabalhadores. Devemos denunciar abertamente a paralisia das burocracias dirigidas pela esquerda da ordem, casos como APEOESP, SEPE-RJ, etc. para os trabalhadores da educação. Pressionemos por assembleias frequentes e democráticas, onde todos os elementos da classe possam se expressar; articulação das lutas dos professores com toda classe de profissionais da educação, estudantes e outros setores da classe trabalhadora. Por vacina, emprego para todos e auxílio emergencial!

Não podemos acreditar que nossa única saída são as eleições do ano que vem. Hoje mais do que nunca, para essas diversas gerações que coexistem em nossa sociedade, a necessidade de transformação radical desse sistema econômico-político se coloca. Não podemos normalizar a morte como acontece em nosso tempo. Nós trabalhadores da educação e estudantes entendemos a necessidade fundamental dos setores explorados se autoorganizarem. Que professores, merendeiros, carteiros, entregadores, desempregados, todo conjunto de oprimidos se organize. A vida clama justiça.

NITERÓI (RJ) NA LUTA CONTRA A REABERTURA GENOCIDA

Por M., professor da rede, 12 de abril de 2021

Em Niterói o governo de Axel Grael, que é encabeçado pelo PDT em aliança com PT, PCdoB e vários partidos de aluguel, segue insistindo na reabertura genocida das escolas. Mas a mobilização da categoria na rede pública municipal tem conseguido adiar a reabertura semana após semana. As assembleias do Sepe Niterói têm sido frequentes e com clima combativo, aprovando reiteradas vezes a greve pela vida no caso de convocação para trabalho presencial dos funcionários e professores/ equipes pedagógicas. Mais recentemente, impulsionamos Cartas Abertas aprovadas nas reuniões escolares apresentando as demandas da categoria (disponíveis no Facebook do Sepe Niterói): **manutenção do ensino remoto emergencial enquanto a categoria não estiver vacinada e a pandemia controlada, vacinação prioritária da categoria, urgente inclusão digital dos alunos e profissionais da educação para o ensino remoto funcionar, reformas estruturais nas escolas, reversão do corte dos mecanismos de hora extra ("duplas" e RET) e cumprimento do Plano de Carreira, que na prática está congelado (o governo não tem pagado os adicionais de formação e enquadramento).**

As Cartas Abertas foram uma importante demonstração de força e ajudaram a engajar mais colegas na luta, ao levar o debate para dentro das escolas de forma mais direta. Mas a vitória ainda é parcial, pois o secretário de educação Vinicius Wu manteve a suspensão das aulas presenciais apenas até o dia 23, está cobrando trabalho administrativo presencial para entrega de apostilas e permitiu a reabertura das escolas infantis da rede privada. Ademais, apesar de afirmar com frequência que o governo Niterói é diferente do governo federal, Wu e o Secretário de Saúde Rodrigo Oliveira seguem insistindo no negacionismo de que "é seguro reabrir as escolas" antes da vacinação. Em todos os lugares em que houve reabertura foi demonstrado o contrário, inclusive na rede privada da própria cidade! Precisamos seguir mobilizados para impedir QUALQUER trabalho presencial nas escolas sem que a categoria esteja vacinada, e também buscar construir uma luta unitária com os/as trabalhadores/as da rede privada e das cidades vizinhas. A "União dos Fóruns de Luta de Niterói, São Gonçalo e Maricá" é um espaço que pode ser usado para essa necessária articulação, pois já vem realizando iniciativas importantes de luta pela vida. A recente aprovação em assembleia do Sepe Niterói de um chamado à greve geral da classe trabalhadora brasileira contra o genocídio em curso e por um lockdown com auxílio e garantia de empregos e salários mostra o caminho a ser seguido. Agora precisamos construir cada vez mais iniciativas práticas nessa direção.

ATUALIZAÇÃO (28 de abril): Apesar de as cartas abertas terem conseguido adiar a reabertura por 15 dias, a prefeitura e secretaria de educação iniciaram uma reabertura gradual no dia 26/04. A categoria respondeu reafirmando em assembleia a greve pela vida dos convocados para trabalho presencial e também com uma paralisação de 48h do trabalho remoto (29-30/04), além de construir uma campanha pela saída de Vinícius Wu da secretaria de educação, por ser negacionista, autoritário e genocida. Caso isso não barre a continuidade da reabertura, precisamos construir piquetes de greve nas escolas reabertas e parar o ensino remoto por tempo indeterminado como uma demonstração de solidariedade aos convocados para o retorno e também uma demonstração de força e união da categoria.

Poemas pandêmicos

"Num futuro não muito distante, as crianças eram alfabetizadas diretamente a partir de um aplicativo de celular, com chips, códigos de rastreio e demais "utilidades".
O "Bom dia" virou Plugin.
"Como estais", o seu login.
A única coisa que permanecia, era a fria forma exploratória de nossos tempos.
Poxa, quando penso nisso, nem me sinto tão esperto ao escrever, o futuro sempre distante, nunca foi tão perto quanto imaginávamos.
Carai: Que filme loko!
Parece até a vida memo!
Oxe!
num é que é.
Porra.
Putz!..
Que merda."

DeÉfe.

RELATO SOBRE A LUTA CONTRA A REABERTURA INSEGURA DAS ESCOLAS EM MARICÁ (RJ)

Por I., professor da rede, 25 de março de 2021

Importante vitória dos trabalhadores da educação em Maricá! Prefeitura suspende retorno de aulas presenciais em meio ao pico da pandemia.

Foram 3 semanas de luta aguerrida depois da plenária do Sindicato dos Profissionais em Educação de Maricá (Sineduc) em 22 de fevereiro. Tal plenária decretou greve da categoria a partir de 1º de março, contra todas as formas de ensino presencial e atividades pedagógicas presenciais, diante de um cenário de caos pandêmico no país. Militantes da categoria realizaram ações concretas, às quais nós do Coletivo Educação Socialista nos somamos: panfletagens para ganhar o apoio da população, na qual foi defendido direito de auxílio emergencial digno para todos os trabalhadores e de que o povo possa fazer quarentena séria, sem cair em situação de penúria; a categoria explicou claramente como o retorno de aulas aumentaria ainda mais o impacto da pandemia. Tanto militantes independentes quanto os dirigentes do Sineduc fizeram visitas às escolas da rede, nas quais trabalhadores do setor administrativo já trabalhavam (e seguem sendo orientados pela Prefeitura de Maricá a ir), preparando o retorno das aulas. Foi realizado um ato com carro de som no centro da cidade em 27 de fevereiro; em 10 de março, realizou-se um ato na frente da prefeitura com velas e cruzes, denunciando como o retorno desencadearia mais mortes de educadores e alunos; em 17 de março, foi realizada paralisação do "ensino remoto" e nova plenária sindical; comissões de base se formaram nas escolas e se posicionaram. Também participaram dessa jornada de lutas os militantes do SEPE-Maricá, que organiza atualmente os trabalhadores da rede estadual na cidade.

Maricá é governada há 12 anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O atual prefeito, Fabiano Horta, por meio de sua secretária de educação, pretendia o retorno presencial das aulas em 5 de abril, num momento em que a média diária de mortes causadas pela CoVID-19 no país passava já de 2 mil. As escolas privadas já haviam sido reabertas em 8 de fevereiro, e não houve recuo nessa questão, para saciar os lucros de algumas grandes redes. Em Maricá, cidade muitas vezes vista como "modelo" para o PT, apenas depois de muita luta e de explicitar-se o caráter desastroso dessa ideia foi que a prefeitura recuou do seu plano de ensino presencial na rede pública. A maioria das escolas do município não tem a menor condição de retornar com um "protocolo de segurança" sério. Salas com pouca ventilação, grande número de alunos por sala de aula, poucos funcionários para manutenção da questão sanitária, são alguns dos motivos. Isso nos apresenta uma lição importante: de que o PT, onde governa, assim como outros partidos considerados de "esquerda" no poder do Estado capitalista, não é diferente dos governos de outros matizes que se dizem preocupados com a população, mas agem na indiferença da vida de muitos trabalhadores. A culpa pelo caos dessa pandemia não recai somente com o bolsonarismo e os negacionistas, mas com a classe capitalista dominante e todos que

governam para ela. Essa é uma lição importante inclusive para os companheiros do sindicato, inclusive alguns na direção do Sineduc, que apoiam ou são militantes do PT.

Uma lição positiva importante dessa luta está na forma de construir campanhas políticas: com ações firmes, contínuas, ganhando cada vez mais apoio da população e unificando o conjunto dos trabalhadores, com plenárias e assembleias que avancem cada vez mais firmemente contra os nossos inimigos. Foi imenso o apoio que recebemos nas ruas, entre a população e entre a maioria dos trabalhadores nas escolas, preocupados com suas vidas. O “capital político” ganho pelo sindicato e pelos trabalhadores da educação não deve ser desperdiçado e devemos seguir atuantes e atentos. Afinal, essa foi uma vitória importante, mas ainda parcial. Pois ainda demandamos: retorno de qualquer atividade educacional presencial (em escolas públicas ou privadas), SÓ COM VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO! E também: CONTROLE DOS EDUCADORES sobre as formas de ensino não-presencial e sobre a educação em geral! Em Maricá, cidade governada pelo PT, as direções das escolas não são sequer eleitas pelos trabalhadores nas escolas, mas indicadas pela secretaria de educação. Isso é uma pauta urgente a levantarmos em período próximo. Algumas divergências surgiram entre nós do Coletivo Educação Socialista (assim como outros companheiros) e a direção do Sineduc nesse processo de luta. Queremos explicar aqui essas diferenças e defender nosso ponto de vista, pois serão questões que virão à tona nas próximas lutas.

- Os piquetes: durante uma greve, piquetes são bloqueios físicos da entrada do local de trabalho pelos trabalhadores grevistas, como forma de pressão e convencimento sobre os trabalhadores que, por variados motivos, não tenham aderido à greve. Nós defendemos a realização de piquetes numa greve como um método não apenas legítimo, como fundamental em alguns momentos. Devem ser construídos de forma inteligente, e não aventureira, mas são essenciais quando há enorme pressão colocada principalmente sobre trabalhadores para não aderir. A direção do Sineduc defendeu que os piquetes significam “colocar trabalhador contra trabalhador” e votou contra (tendo maioria) na plenária. Nós achamos diferente: muitos trabalhadores que se simpatizam com o movimento mas tem medo de represálias apoiariam um piquete veriam neles a seriedade dos grevistas e do nosso sindicato.

- Fundo de greve: temos defendido o início urgente da construção de um fundo de greve da categoria, que possa amparar os trabalhadores grevistas diante de cenários de desconto e cortes de salário. Nessa greve, a justiça e o Ministério Público estiveram contra nós. Nada garante que não haveria cortes de ponto quando a grande maioria dos trabalhadores não retornasse ao ensino presencial em 5 de abril, e a greve posta na ilegalidade. Houve esses cortes em outros municípios onde ocorreu a greve pela vida, como São Gonçalo e Araruama. Fundo de greve não é coisa do passado! A direção do sindicato não se colocou de forma contrária ao fundo de greve, mas argumentou do ponto de vista jurídico para várias dificuldades, e não está agindo ativamente para a resolução dessas questões mesmo depois de ter se comprometido a isso na plenária da categoria em 17 de março. Reconhecemos a necessidade de buscar amparo legal para o fundo de greve, mas devemos iniciar urgentemente as medidas para construção prática do mesmo, para assegurar apoio aos trabalhadores no próximo momento de enfrentamento.

- Terceirizados das escolas: a direção do Sineduc alegou que não pode defender legalmente os trabalhadores das empresas terceirizadas, que têm os seus próprios sindicatos, mas que mantém diálogos com eles e os apoiam. Mas na prática, os sindicatos das empresas terceirizadas estão ignorando os riscos para eles na pandemia e não levantam lutas reais pelos seus interesses. Portanto, defendemos que o Sineduc mergulhe de cabeça na organização dos trabalhadores terceirizados das escolas de Maricá e que futuramente pleiteie a sua organização legal. Mas a organização real precede qualquer demanda jurídica. Esses trabalhadores são os mais vulneráveis diante de retaliações em uma greve e também agora na pandemia. Os trabalhadores efetivos devem ouvir suas demandas e torna-las parte do movimento. O vírus não distingue entre efetivos, temporários e terceirizados. Esses trabalhadores merecem atenção especial para que sejam incluídos nas lutas e plenárias do sindicato. Afinal, nenhum movimento pleno dos trabalhadores da educação pode se realizar sem a presença deles.

Nós do Coletivo Educação Socialista defendemos a assimilação dos trabalhadores terceirizados à rede pública, sem barreiras e com salários e condições dignas. Levantamos nossa posição e nossas diferenças com a direção do Sineduc não como forma de fazer picuinha ou disputa de aparato, mas porque acreditamos que são posturas importantes para avançar nas lutas e para forjar uma tradição de militância combativa nos sindicatos.

Pesquisa científica desenvolvida pela Rede Escolas Públicas e Universidades (REPU) demonstra que a incidência de COVID19 entre professores(as) da rede pública estadual de SP foi 192% MAIOR que no conjunto da população de SP na mesma faixa etária.

Poemas pandêmicos

"Baixo o tédio.
Compactado em WinRAR.
Pesado como um mar.
Cala boca!
Sem essa de rima.
Me volto em riste.
Por nós num é crime.
Dever histórico.
Ódio legítimo ao pódio,
de sangue que é nosso.
É dever.
É histórico."

DeÉfe.

Somos totalmente contrários à política de extermínio que a polícia brasileira desencadeia em nosso solo. Fim das polícias!

Nós do COLETIVO EDUCAÇÃO SOCIALISTA gritamos em coro contra o criminoso ESTADO BRASILEIRO E A POLÍCIA CIVIL E MILITAR ASSASSSINA DO RJ, que realizou atentados contra o povo periférico da favela do JACAREZINHO, com residências invadidas e alvejadas, atingidos com balas e estilhaços até no transporte público, e tiveram as vidas marcadas por trauma e violência numa ação que só executa alguns para dar espaço a outros no comércio de armas e drogas. EM BREVE OS TRABALHADORES VÃO SE LEVANTAR, O MORRO VAI DESCER E NÃO VAI DEIXAR PEDRA SOBRE PEDRA desse Estado e dessa polícia. Serão varridos junto com os traficantes e milicianos que falsamente dizem combater.

Princípios do Coletivo Educação Socialista

I – Que os sindicatos busquem organizar todos os trabalhadores da educação, o que inclui efetivos, temporários, terceirizados, etc. Efetivação sem barreiras dos temporários e terceirizados, em condições dignas similares às dos trabalhadores efetivos, pela empresa ou rede pública onde trabalhem.

II – Estatização total e absoluta da rede privada de ensino, sob controle dos trabalhadores, sem compensação no caso dos grandes capitalistas. Educação não deve ser mercadoria a ser explorada!

III – Política de realocação de trabalhadores desempregados, para lutar contra o desemprego e trazê-los para a luta. Os sindicatos devem se engajar em campanhas com a linha de: Mais emprego, menos tempo de trabalho, sem redução de salários.

IV – Ampliação das políticas de assistência estudantil nas escolas e universidades: mais bolsas de auxílio, moradias, restaurantes universitários, creches, etc. que contemplem todos os estudantes que necessitarem. Ampliação progressiva de vagas nas universidades rumo ao fim do filtro social do vestibular. Educação é direito de todos!

V – Uma cultura de militância combativa: contra o imobilismo burocrático e o legalismo que freia a organização. Estimular organizações por locais de trabalho, construir fundos de greve e piquetes para termos greves fortes; buscar trazer toda a categoria para a militância e para o sindicato.

VI – Por direitos democráticos aos trabalhadores e estudantes, nas escolas, universidades e sindicatos. Abaixo o projeto "Escola Sem Partido"; contra intimidações e assédios de reitorias e diretores de escola: eleição direta para direção escolar e reitoria universitária. Pelo direito de todas as correntes políticas da classe trabalhadora a atuar nos sindicatos!

VII – Enfrentamento a todas as formas de opressão: racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia, etc. Igualdade salarial entre homens e mulheres, e brancos e negros que executam uma mesma função com uma mesma carga horária! Combate a manifestações de preconceito de patrões e chefias! Participação ativa dos sindicatos nas lutas contra as opressões.

VIII – Que o "Ensino à Distância" (EAD) seja recurso emergencial, em casos estritamente necessários, nos quais devem ser dadas plenas condições de acesso aos educadores e estudantes (tablets, computadores, chips com acesso à internet). Contra a generalização do EAD, inferior em qualidade e que leva à precarização do ensino, das condições de aprendizagem e dos trabalhadores da educação!

IX – Nenhuma confiança em governos capitalistas, patrões ou na Justiça. Apenas a mobilização combativa dos trabalhadores e estudantes pode trazer conquistas duradouras. Realizar eventos de formação política do trabalhadores da educação e estudantes sobre a necessidade de um governo da classe trabalhadora.

Se você tem acordo, venha se organizar e lutar com a gente!